

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Breve histórico do processo de criação e instalação

ANTECEDENTES:

A Bacia do rio São Francisco possui uma área de 645.000 Km² (8% do território nacional), e uma população de mais de 13 milhões de habitantes, distribuídas em 503 municípios dos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Distrito Federal. Caracteriza-se por uma grande extensão territorial, por um significativo potencial hídrico e grande diversidade regional em termos populacionais, econômicos e culturais. Sua vazão média é de 2.500 m³/s, com um potencial energético instalado de 10.356 MW (17% do país) e uma área irrigada de 330 mil hectares (11% do país).

Em termos organizacionais, existem na bacia quatro comitês de rios afluentes em Minas Gerais (Rio da Velhas, Paracatu, Para e Paraopeba), constituídos em conformidade com a lei 9433/97 e já existia também o CEEIVASF 9 (Comitê de Integração do Vale do São Francisco)

DECRETO DE CRIAÇÃO:

A ANA apoiou o encaminhamento do processo de criação do comitê da Bacia em maio de 2001. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovou a criação Comitê em sua reunião de 29 de maio de 2001. O comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, CBH-SF, foi **instituído por Decreto Presidencial em 5 de Junho de 2001**.

DIRETORIA PROVISÓRIA:

A Diretoria Provisória do CBH-SF foi designada pela **Portaria Nº 367, de 4 de Outubro de 2001, publicada no DOU em 5 de outubro de 2001**. Foi composta por **19 membros**. Representando o **Poder Público Federal**, o Sr. Ministro do Meio Ambiente, Presidente da Diretoria Provisória, e da ANA, a Sra. Dilma Seli Pena Pereira, **Secretária Executiva**; **7 Representantes Estaduais**, um por Estado que compõe a bacia; **3 representantes dos Usuários**; **3 representantes da Sociedade Civil**; **3 representantes do Poder Público Municipal**; e o Presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados do Vale do São Francisco, **CEEIVASF**.

Tratando-se de uma primeira experiência, no país, de instalação de um comitê de Bacia, com a dimensão e a complexidade da Bacia do rio São Francisco, coube a Diretoria Provisória, um papel de destaque, pois teve que adequar sistematicamente os procedimentos metodológicos à realidade da bacia, guardando estreita observância aos aspectos legais e institucionais e visando ainda, garantir a legitimidade do processo, em termos da participação e da representatividade.

A Diretoria Provisória, se reuniu nove vezes, no período de um ano e, entre outras responsabilidades, definiu a composição do comitê, aprovou o regimento interno e conduziu o processo eleitoral. Uma decisão da Diretoria Provisória que merece destaque foi a constituição das Comissões Estaduais de Coordenação do Processo Eleitoral. Essas comissões, contavam com a participação de representantes da diretoria, de cada Estado, dos órgãos gestores de recursos hídricos, dos comitês de bacia de rios afluentes e foram responsáveis pela habilitação dos inscritos e pela condução do processo de escolha dos membros do comitê, nas plenárias estaduais.

CONVENIO PARA IMPLEMENTAR O PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA INSTALAÇÃO DO COMITÊ:

O Programa de Mobilização Social da bacia foi concebido e coordenado pela Superintendência de Articulação Institucional, SAI, da ANA e implementado pelo **Instituto Manoel Novaes, IMAN**, convênio nº 028/2001, celebrado entre a ANA e o IMAN para o Desenvolvimento do Rio São Francisco, assinado em 21 de novembro de 2001, com vigência de 12 meses.

O Programa de Mobilização contou com equipes de mobilizadores em cinco estados da bacia, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, as quais contaram com cerca de 120 técnicos e mobilizadores sociais que atuaram intensamente na Bacia, no período de março a agosto de 2002, desenvolvendo ações de divulgação, de sensibilização, de mobilização, de orientação para inscrições de entidades candidatas a vagas nos comitês, de análise de documentação destas entidades, organização de encontros regionais e das plenárias eleitorais

O processo de mobilização para constituição do CBH- São Francisco, contabilizou 29 encontros regionais, por sub bacia, os quais contaram com a participação de mais de 3.000 entidades, usuários, organizações civis, poder público. Foram realizadas 26 reuniões plenárias estaduais por categorias do segmento usuários e da sociedade civil e uma reunião plenária das Comunidades Indígenas da Bacia, que tiveram como objetivo eleger os membros do CBH- São Francisco.

INSTALAÇÃO DO COMITÊ:

-Os 60 membros eleitos do Comitê tomaram posse nos dias 12 e 13 de dezembro de 2002 em solenidade realizada parte na ENAP e parte no Palácio do Planalto.

- O Processo Eleitoral para eleição dos **membros do CBH-SF** foram realizado em 26 plenárias com aproximadamente 1.500 entidades inscritas, das quais 1.351 foram habilitadas a participarem do processo eleitoral dos **49 membros titulares e 49 suplentes do Comitê**.

O preenchimento das **11 vagas restantes** ocorreram mediante indicações dos governos estaduais e do governo federal. **O Comitê está composto por:** 24 representantes do segmento usuários; 16 representantes do segmento sociedade civil, das quais 01 representada pelas comunidades indígenas da bacia; e 20 representações do poder público.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS POR ESTADO NO CBH-SF



PRÓXIMOS PASSOS

Devido a necessidade de renovação dos membros do comitê que representam o poder publico federal e estadual e os usuários estatais, os membros empossados decidirão não eleger imediatamente a **Diretoria do Comitê**, que conforme regimento interno, deverá ser composta por um presidente, um vice- presidente e um secretario executivo.

Como agenda para o Comitê em 2003, destaca-se portanto:

- Eleição da diretoria do CBH- São Francisco
- Realização de uma Oficina de Planejamento Estratégico
- Estruturação e Funcionamento do Comitê (estruturação do escritório técnico, das câmaras técnicas e das câmaras consultivas regionais)
- Iniciar a discussão sobre o processo de elaboração do Plano da Bacia

DESAFIOS DO CBH – SÃO FRANCISCO

Entre os desafios mais urgentes que se colocam ao CBH-SF, estão :

- os de caráter operacional, tais como, a definição dos mecanismos de funcionamento e de sustentabilidade técnica, organizacional e financeira deste colegiado;
- a consolidação do comitê como instância efetiva de deliberação sobre a política de recursos hídricos da bacia;
- a superação da crença na superioridade do conhecimento técnico sobre o saber empírico e popular, que permeia toda a estrutura burocrática institucional
- a superação do falso confronto entre interesses locais, regionais e interestaduais na gestão de recursos hídricos da bacia hidrográfica;
- o desenvolvimento da capacidade de negociação, de predisposição ao diálogo, de respeito aos espaços institucionais já constituídos, na busca de um consenso e na definição de estratégias conjuntas de ação em prol da bacia;
- garantir ao Comitê uma pauta de decisões estratégicas que viabilize a articulação das políticas públicas setoriais que intervêm na bacia hidrográfica;
- fortalecer canais intermediários de interlocução entre a sociedade e o comitê, mais próximos da realidade vivenciada em cada região, a exemplo dos comitês de rios afluentes e das câmaras consultivas regionais.